

A INVISIBILIDADE DOS HOMENS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: UM DEBATE SOBRE GÊNERO E MASCULINIDADES¹

NOT VISIBLE MEN IN BASIC PROTECTION SCIAL: A DEBATE ON GENDER AND MASCULINITIES

LA INVISIBILIDAD DE LOS HOMBRES EN LA PROTECCIÓN SOCIAL BÁSICA: UN DEBATE SOBRE GÉNERO Y MASCULINIDADES

Daguimar de Oliveira Barbosa²

Rita de Cássia Santos Freitas³

Resumo: Este escrito, tendo por base os estudos de gênero, pretende problematizar a invisibilidade masculina e discutir o lugar destinado aos homens no âmbito da Política de Assistência Social brasileira, especialmente na Proteção Social Básica. Parte-se do pressuposto que poucas pesquisas vêm problematizando estudos sobre os homens e o masculino numa perspectiva de gênero no contexto das Políticas Sociais. Em contrapartida, verifica-se historicamente a expansão de estudos sobre Políticas Sociais e mulheres. A veiculação de associações automáticas no âmbito da formulação, e especialmente no campo da implementação de políticas refletem equivalências equivocadas, como por exemplo, família e mulheres, gênero e mulheres, homens e invulnerabilidade. Nesse sentido, este texto reconhece o papel e importância, historicamente construída, das mulheres na gestão das famílias. Mas entende que a outra face desse processo é o risco de desresponsabilizar os homens desse papel e ainda torná-los cada vez mais invisíveis nos atendimentos da assistência social.

Palavras-chaves: homens; assistência social; gênero; masculinidades; política social.

Abstract: This writing, based on gender studies, aims to problematize the invisibility male and discuss the place as men under the Social Assistance Policy in

¹ Versões modificadas deste artigo já foram apresentadas e debatidas em seminários, bem como em um Exame de Qualificação. As reflexões aqui apresentadas são frutos de um processo de orientação de uma dissertação de mestrado sobre o tema “o lugar do homem na assistência social”.

² Assistente social do Tribunal de Justiça do RJ- mestre em Política Social pela UFF. Professora associada da escola de serviço social da UFF, coordenadora do Núcleo de Pesquisa Histórica Sobre Proteção Social/Centro de Referência Documental (nphps/crd), vice-coordenadora do programa de estudos pós-graduados em política social, UFF. daguibarbosa@yahoo.com.br;

³ Doutora em Serviço Social pela UFF e pós-doutorando do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Email: ritacsfreitas@uol.com.br

Brazil, especially in the Basic Social Protection. This is on the assumption that few research studies have been questioning the men and the masculine gender perspective in the context of Social Policies. In contrast, there is historically expansion studies on social and women. The broadcast of automatic associations in the formulation, and especially in the field of policy implementation reflects equivalences mistakes, such as family and women, gender and women, men and invulnerability. In this sense, this paper recognizes the role and importance, historically constructed, women in managing families. But the other side of this process is the risk of harmless men that role and still make them increasingly invisible in the care of social services.

Keywords: men; social assistance; gender; masculinities; social policy.

Resumen: Este escrito, teniendo por base los estudios de género, pretende problematizar la invisibilidad masculina y discutir el lugar destinado a los hombres en el ámbito de la Política de Asistencia Social brasileña, especialmente en la Protección Social Básica. Se parte del presupuesto que pocas investigaciones vienen problematizando estudios sobre los hombres y el masculino en una perspectiva de género en el contexto de las Políticas Sociales. En contrapartida, se verifica históricamente la expansión de estudios sobre Políticas Sociales y mujeres. La divulgación de asociaciones automáticas en el ámbito de la formulación, y especialmente en el campo de la implementación de políticas reflejan equivalencias equivocadas, como por ejemplo, familia y mujeres, género y mujeres, hombres e invulnerabilidad. En ese sentido, este texto reconoce el papel e importancia, históricamente construida, de las mujeres en la gestión de las familias. Pero entiende que la otra frente de ese proceso es el riesgo de desresponsabilizar los hombres de ese papel y aún volverlos cada vez más invisibles en los atendimientos de la asistencia social.

Palabras-claves: hombres; asistencia social; género; masculinidades; política social.

Introdução

Este artigo pretende problematizar a invisibilidade dos homens e do masculino no campo da Assistência Social pública no Brasil, especificamente na proteção social básica (isto é, nos Centros de Referência da Assistência Social/CRAS). Este trabalho tem como marco referencial o conceito de gênero e utiliza as contribuições dos estudos feministas, dos estudos sobre os homens e masculinidades e política social. Desse modo, pretende-se, a partir do enfoque de gênero, discutir o lugar dos homens pobres e urbanos no âmbito da proteção social básica, ou seja, na Política de Assistência Social, a partir de subsídios dos estudos sobre a construção social do masculino e debates presentes na literatura consultada.

Diversas indagações estão na origem desse escrito, como, por exemplo, qual o espaço destinado aos homens na Assistência Social? Como os

homens ocupam – ou não ocupam – esse espaço? E existindo este lugar, como se dá o acompanhamento socio-familiar de homens – pais ou não – no âmbito desse nível de proteção social? Acreditamos que seja pertinente saber como os profissionais da assistência (especialmente os assistentes sociais) percebem o acesso dos homens nesses equipamentos, bem como aos programas e à política de assistência social. Essa questão se coloca como ainda mais importante por entendermos os papéis prioritários desses agentes – seja na formulação de políticas, seja no atendimento terminal a uma população, em geral carente e vulnerável. Portanto, a pesquisa que estamos desenvolvendo deseja contribuir para retirar da invisibilidade o homem e o masculino em dois campos: Assistência Social e Serviço Social.

Como não se trata de apresentação de “resultados”, uma vez que a pesquisa ainda está em curso, estabelecemos alguns pontos de discussão. Assim, este texto foi pensado, com a seguinte organização: primeiro e bem rapidamente, tecemos algumas considerações mais descritivas que analíticas sobre a política de assistência social no Brasil para apresentar o local de onde falamos. Num segundo momento, apresentamos o modo como esse tema foi para nós se desenhando. A seguir, discutimos a construção social do masculino, para, logo após, problematizar o lugar do homem na assistência social. Terminamos com algumas considerações advindas desse refletir e também do andamento de pesquisa em elaboração. Em síntese, o que buscamos neste texto é refletir como foi/está se construindo historicamente o que acreditamos ser a invisibilidade masculina na Política Pública de Assistência Social. É importante, mais uma vez enfatizar aqui que não se pretende com esse texto negar a importância dos estudos de mulheres; antes disso, o que se pretende, é apontar outros olhares – relacionais – igualmente fundamentais.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS

O SUAS é um sistema público descentralizado, participativo e não-contributivo; e que tem como função a gestão da Assistência Social no campo da Proteção Social brasileira. Constitui-se na organização das ações socioassistenciais em todo o território nacional. O foco dos serviços, dos programas, projetos e benefícios é a atenção à família e a seus membros, além de ter o território como base de organização. É importante destacar que, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), os eixos estruturantes do SUAS são:

- * A Matricialidade Sociofamiliar;
- * Descentralização político-administrativa e Territorialização;
- * Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil;

- * Financiamento;
- * Controle Social;
- * O desafio da participação popular/cidadão e usuário;
- * A Política de Recursos Humanos;
- * A Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

A gestão é compartilhada e possui co-financiamento da política pelas três esferas de governo, contando também com a participação da sociedade civil, cujo papel deve ser efetivo na sua implantação e implementação. O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social: a Proteção Social Básica (“destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social”) e a Proteção Social Especial (“destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos”).

Em 2003 foi lançado o Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família (PNAIF) e no ano de 2004 o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) criou o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) através da portaria MDS nº. 78 de 08 de abril de 2004, como uma atribuição exclusiva do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social que executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social.

É importante reter olhando essa realidade dois fatos: primeiro, que os programas de transferência de renda se tornaram um dos mecanismos basilares de combate à pobreza e à redução da vulnerabilidade no país⁴. E, segundo, que a construção de políticas centralizadas nas famílias apresenta-se como estratégia dominante desses programas (CARLOTO, 2006, MIO-TO, 2010 e PEREIRA, 2004). Essa centralidade aponta para a preferência que tem se dado às famílias enquanto promotoras (pública, mas também

⁴ Como destaca Pereira (2004), no final da década de 70 a família vai sendo redescoberta como um importante agente privado de proteção social, como substitutivo privado do Estado na provisão de bens e serviços. Isto ocasionou o surgimento de medidas de apoio familiar. Programas de Transferência de Renda ganham destaque, principalmente nos anos 90 trazendo o foco na família. É assim que, dentro desta conjuntura, surge o Programa Bolsa Família (PBF), em 2003, com o objetivo específico de combate à fome e à miséria no Brasil. Seu pressuposto central é o da transferência monetária direta, com a articulação entre as políticas de Assistência, Saúde e Educação para gerar aumento das condições de saúde, da escolaridade, evitar o trabalho infantil entre outras. Acerca das condicionalidades, cf. Barros (2012). Cf. igualmente Senna et al (2007) acerca da institucionalidade do programa. Cf. também acerca da problematização famílias, vulnerabilidades sociais e proteção social, a tese de Verônica Azeredo (2012).

privada) da proteção e do bem estar social e, ao mesmo tempo, revela seu caráter ativo e participante nas políticas públicas sociais em curso, onde as famílias são convidadas a serem “parceiras”. Dito isso é importante enfatizar a relação contraditória que se estabelece entre Estado e Família⁵. Justifica-se a matricialidade sociofamiliar a partir do argumento de que as políticas de proteção à família teriam maior impacto nas condições de vida da população pobre. A princípio, conforme já dissemos em outro momento (FREITAS et al, 2012a) concordamos com o fato das mulheres serem tomadas como representantes preferenciais do benefício, uma vez que essa posição reflete o reconhecimento do papel e da importância das mulheres na gestão das famílias pobres. Mas, é importante realçar alguns aspectos contraditórios, posto que essa política ao mesmo tempo em que valoriza as mulheres, centralizando nela as suas ações, terminam por responsabilizá-las – e a suas famílias – quanto ao sucesso e efetividade daquelas, tornando os homens pobres invisíveis nos atendimentos da assistência social (BARBOSA, 2012a). A matricialidade termina por reforçar o papel da mulher como mãe e única responsável na família, afirmando assim uma centralidade não apenas na família, mas uma centralidade na mulher-mãe (CARLOTO, 2006).

Se programas como o PBF acabam por reforçar a tradicional associação da mulher com a maternidade e com as tarefas pertencentes à esfera reprodutiva; por outro lado, possibilita a estas mulheres uma entrada e um reconhecimento maior no mundo público. Além disso, estes mesmos paradigmas que sustentam o foco das políticas nas mulheres e crianças, não inserem o homem nesta perspectiva. Essa invisibilidade masculina demonstra que, pelo menos no que tange às políticas assistenciais, há uma clara demarcação que enfoca o papel feminino. Uma vez que gênero pressupõe necessariamente uma dimensão relacional – portanto envolvendo mulheres e homens –, pode-se notar que essa dimensão não aparece priorizada em tais políticas. O que podemos inferir é que não há a intenção destas em focar nessas relações, ou muito menos de alterá-las. Podemos dizer que em vez de um olhar de gênero sobre as políticas, o que assistimos é um olhar generificado atuando sobre as políticas ao definir o que é “coisa” de mulher ou do homem – o que pode ter impactos também no próprio valor do benefício – será por isso que ele é tão baixo? (FREITAS et al, 2012, p. 117).

Enfim, este é o espaço de onde partimos. Cabe perguntar: como os homens – especialmente os homens pobres – e o masculino entram em nossa análise?

⁵ Essa relação encontra-se melhor problematizada em Freitas et al (2012), bem como Carloto (2006) e Suárez e Libardoni (2007).

A masculinidade como questão: a aproximação ao tema

Vários motivos propiciaram essa nossa aproximação dos homens e do masculino. Em princípio, a própria feminização do Serviço Social, profissão tida historicamente como “feminina”. Assim como, a sua relação com o campo da Assistência Social Pública, espaço que surge estreitamente vinculado à cultura profissional dos assistentes sociais (profissão que aglutina, desde seu surgimento, um grande número de mulheres⁶).

Outra experiência que abriu caminho para essa discussão foram as contribuições dos estudos de gênero e, sobretudo, a perspectiva relacional existente nesses estudos. Nosso núcleo de pesquisa já faz tempo vem desenvolvendo estudos na área de assistência social e famílias⁷ e, nesse sentido, a discussão da masculinidade vem perpassando necessariamente nossos debates. Por outro lado, a prática de orientação de trabalhos de conclusão de curso, habitualmente gerados a partir das questões suscitadas pela prática profissional de estudantes também aparece como um importante indicador da importância dessa temática⁸. Por exemplo, em pesquisa de campo já no ano de 2006, Barbosa (2006) estudou a ausência dos homens na proteção social básica em um CRAS na cidade de Niterói. As assistentes sociais entrevistadas na época justificavam tal “ausência” em função da expansão das famílias monoparentais femininas, sem problematizações maiores. Na falta de tais problematizações, é importante alguns questionamentos. Poucos estudos no âmbito acadêmico – mesmo aqueles no campo dos estudos das relações de gênero – têm como objeto os homens ou as masculinidades. O mesmo ocorre quando pensamos nas políticas sociais⁹. Temos como hipótese que o estigma acerca da suposta “incapacidade” feminina, confere às mulheres legitimadamente, o pronto encaminhamento para as políticas de assistência social, enquanto para os homens (por que são “capazes” e de certa forma, “invulneráveis”) o encaminhamento é para as políticas de trabalho.

⁶ Acerca da feminização da profissão, cf., por exemplo, o clássico livro de Yamamoto e Carvalho (1986), bem como o belíssimo livro de Costa (1995).

⁷ Tais debates ocorrem no interior do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social, pertencente à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – que desde os anos 80 iniciou os debates acerca dos processos de proteção social no Estado do Rio de Janeiro. Cf. nesse sentido, o já citado livro de Costa (1995), bem como o de Gomes (1997), frutos das discussões realizadas dentro deste núcleo. Cf. também Freitas e Braga (2012) e Barbosa (2006).

⁸ Cf. por exemplo, Duarte (2009) e Barbosa (2006) – monografias que tomaram seja os homens seja o masculino como fonte de interrogações.

⁹ A aprovação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem em 2009 representa um avanço nesse sentido. A invisibilidade do homem na saúde e a necessidade de um “olhar de gênero para as práticas em saúde” (KOHN et al, s/d, p. 1) são realidade já minimamente reconhecidas e discutidas por profissionais e pesquisadores da área. Os estudos sobre os homens na saúde revelam a ausência de um autocuidado masculino, em função da socialização vivenciada, assim como a falta de uma perspectiva de gênero que oriente a prática profissional que estimule ações de autocuidado por parte dos homens (KOHN et al, s/d).

Temos claro que a política é pensada a partir de uma agenda, por sujeitos que – longe de possuírem qualquer neutralidade – transformam determinados temas em problemas que serão alvos de políticas. Essas serão implementadas por outros sujeitos que também não são neutros. Ao contrário, somos seres sociais e nossas ações estão impregnadas – ainda que nem sempre nos apercebamos disso – dos nossos valores. O conceito de *habitus* criado por Pierre Bourdieu (1999) é fundamental para pensarmos que o efeito da dominação simbólica – seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua, etc. – se exerce não “conscientemente”, mas a partir do que chama de “esquemas de percepção, de avaliação e de ação” que constituem os *habitus* e fundamentam nossas ações. Quando nosso olhar se volta para os agentes sociais é porque nos interessa captar suas ações, suas motivações, enfim, as categorias (de percepção e de avaliação e de grupos sociais) que utilizam para organizar e entender o mundo. Como afirma Bourdieu, as estruturas de dominação “são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, igreja, escola, Estado” (1999, p. 46 – grifos nossos).

Mas antes de prosseguirmos é necessário definir uma dimensão central em nossos estudos: a relação entre famílias e proteção social. As famílias no Brasil tem sido historicamente um importante mecanismo de proteção social (COSTA, 1995, MESQUITA, 2012). Entendemos proteção social enquanto:

Uma regularidade histórica de longa duração, de diferentes formações sociais, tempos e lugares diversos. Tal orientação permite verificar que diferentes grupos humanos, dentro de suas especificidades culturais, manifestem, nos modos os mais variados de vida, mecanismos de defesa grupal de seus membros, diante da ameaça ou de perda eventual ou permanente de sua autonomia quanto à sobrevivência. (COSTA, 1995, p. 99)

Partimos do pressuposto que antes do processo de institucionalização da proteção social – que resultou na construção dos grandes Estados de Bem-Estar da atualidade – sempre existiram, nas diversas sociedades, mecanismos visando a proteção de homens e mulheres, especialmente na família. Essas ações podem ser consideradas como um dos principais mecanismos de sobrevivência de muitas pessoas: doentes, inválidos, famílias com filhos pequenos, idosos, viúvas, desempregados e pobres. Para Robert Castel (1998) o sistema de proteção social pode ser caracterizado em duas dimensões: uma baseada no que o autor intitula de “sociabilidade primária”¹⁰ e outra de “so-

¹⁰ “Sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas. Trata-se, em primeiro lugar, das sociedades de permanência

ciabilidade secundária¹¹. A sociabilidade secundária representa exatamente o momento em que se institucionaliza a proteção social. Contudo,

não há registro histórico de que quando o Estado passou a ter um papel mais efetivo, a família ou vizinhança ou até a comunidade deixou de ter um papel efetivo na vida do indivíduo. Opostamente, nas sociedades capitalistas, a família passou a ser valorizada, privatizada e se tornou o núcleo central de proteção social; pois o indivíduo é responsável por si mesmo e por todos os males que lhe acontece. (MESQUITA, 2012, p. 30)

Com base nas definições aqui apresentadas, entende-se a proteção social enquanto mecanismos/estratégias construídos historicamente visando a proteção e bem estar mínimo. Tais mecanismos podem ser constituídos através de estruturas informais – como a família ou a vizinhança – ou por formas institucionalizadas através dos serviços e políticas sociais (CASTEL, 1998; COSTA, 1995). O que importante destacar é que não se pode falar em proteção social sem levar em conta essas dimensões, a articulação entre as esferas pública e privada onde essa proteção se exerce e se constrói. As mulheres desempenham um papel fundamental dentro das famílias¹², principalmente se pensarmos nas famílias pobres que nem sempre dispõem de mecanismos de sobrevivência e proteção de pessoas (doentes, inválidos, filhos pequenos, idosos) – ficando esses encargos normalmente na mão das mulheres (por causa de um cotidiano de gênero) que permanecem sendo as principais responsáveis pelo cuidado, proteção e educação do grupo familiar na ausência de um poder público que promova o bem estar social. Só recentemente, é que a história do cotidiano ganhou espaço de discussão e deu visibilidade à esfera privada e, nesse processo, à história das mulheres e as relações de gênero¹³. Não perceber a articulação (muitas vezes cruel) entre o chamado mundo público e privado invisibiliza a importância que a família – e as mulheres – teve e tem; bem como, não reconhece as práticas femininas que são constantemente recriadas diante das situações de vulnerabilidade (COSTA, 2002; FREITAS et al, 2010 e MESQUITA, 2012).

em cujo seio o indivíduo, encaixado desde seu nascimento numa rede de obrigações, reproduz, quanto ao essencial, as injunções da tradição e do costume.” (CASTEL, 1998, 48-49)

¹¹ “Sistemas relacionais deslocados em relação aos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho. A partir desse atrelamento, vão se desenvolver montagens cada vez mais complexas que dão origem a estruturas de atendimento assistencial cada vez mais sofisticadas.” (CASTEL; 1998, 57)

¹² Conceito que utilizamos sempre no plural para dar conta das várias configurações familiares, bem como das transformações que caracterizam as realidades familiares. Cf. Freitas et al (2010).

¹³ Neste sentido, vale cf. alguns clássicos, como Chartier (1990), Sharp (1992), Perrot (1991 e 1988) e Burke (2000).

No Brasil, a criação de redes de proteção informais tem sido expediente central para a sobrevivência de muitas pessoas: o recurso a estas estratégias – como a criação de redes de solidariedade (FREITAS, 2002 e SARTI, 2003a), circulação de crianças (FONSECA, 2002) e maternidades transferidas (COSTA, 2002) – atua como um mecanismo muitas vezes substituto das redes secundárias; dado o fato dessas muitas vezes inexisterem ou existirem parcialmente. Na inexistência de uma rede de proteção secundária, institucionalizada, é o recurso a redes primárias que se faz necessário. Nestas redes são as mulheres as protagonistas. A feminização da pobreza é uma constante em nossas sociedades – e em nenhum momento esse trabalho questiona a importância desse dado. As estatísticas não desmentem o fato de a pobreza no Brasil ter gênero e cor¹⁴: as famílias monoparentais femininas chefiadas por mulheres negras aparecem estatisticamente como as mais pobres¹⁵ entre os pobres. E a pobreza pode aumentar se pensarmos nas famílias monoparentais femininas. Mas esse dado bruto não pode ser tomado sem as devidas problematizações. Vitale (2002) traz uma importante contribuição, em nosso entender, ao lembrar que as famílias não são; elas estão monoparentais, pois as diversas configurações se sucedem; ou seja, os homens podem fazer parte delas hoje e amanhã não. Assim, a ausência do homem nessas famílias pode ter diversas motivações – e não conseguiremos dar conta de todas no interior desse escrito. Assim, mesmo reconhecendo o fenômeno de feminização da pobreza, não podemos ignorar que esta atinge homens e mulheres. Mas onde estão os homens pobres na assistência? Para responder essa questão, é preciso que reflitamos primeiro – e mais profundamente – sobre os estudos de gênero e dos processos de construção das masculinidades.

A construção social do masculino – um necessário diálogo com os estudos de gênero

Quando nos perguntamos o que é ser homem, é normal a resposta vir no negativo: ser homem é não ser mulher. A construção social do masculino está estreitamente vinculada à oposição ao que é ser uma mulher. Por outro lado, ser homem também é associado a imagens de força e violência. Jacqueline Muniz (1992) tem interessante texto onde estuda as palavras de baixo calão¹⁶ que se utiliza socialmente para nos referirmos às genitálias feminina e

¹⁴ Cf. IBGE, 2012.

¹⁵ Cf. para aprofundar a reflexão acerca do processo da pobreza e do empobrecimento feminino: Jaccoud (2009), Lavinias e Nicoll (2006), Pereira (2006) e Yannoulas (2011) – entre outros.

¹⁶ Por entender que “na sua informalidade e desinibição, a linguagem da vida diária nos permite apreender como opera nossa gramática sexual e quais eixos classificatórios lhe dão sustentação”

masculina. Em relação a esta última, a autora enfatiza a utilização de termos que destacam sempre a potência e a virilidade: “uma genitália potencialmente ativa, capaz de morder, picar, ferir, bater e cortar. ‘Bruto’ como um animal, infalível como ‘arma’ e forte e duro como o ‘pau’, o pênis é concebido como algo virtualmente agressivo e violador” (MUNIZ, 1992: 63). Ao contrário da genitália feminina, que é vista como incompleta e ambivalente e, que, por isso, necessita de humanização e controle¹⁷. Desse modo, visões falocêntricas exemplificam essas construções linguísticas que orientam concepções acerca da masculinidade, em particular aquelas que associam os homens a um comportamento naturalmente violento¹⁸. Essa visão captada pelo senso comum não surge por acaso – é fortemente marcada por uma leitura das relações de gênero. Há toda uma pedagogia ensinando o que é ser homem (e mulher).

Assim, ser homem é seguir a risca os “códigos de virilidade” secularmente construídos e concebidos como verdades absolutas. Entender a construção social dos gêneros é fundamental para compreendermos os papéis familiares imputados a homens e mulheres. Nossa representação de família está assentada nesta visão e nesta divisão entre as esferas pública e privada. Para a mulher, o mundo privado, a família, a casa, o afeto, as práticas do cuidado; já para os homens, o mundo público, o trabalho, as ruas, a razão. Uma discussão teórica e metodológica sobre o conceito de gênero é feita por Joan Scott (1990) em um dos primeiros textos a definir gênero como uma categoria de análise. Segundo esta autora, gênero deve ser entendido enquanto um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e também como uma forma primeira de significar as relações de poder¹⁹. Outra característica das mais importantes é o enten-

(Muniz, 1992: 62).

¹⁷ “Localizada, então, na passagem mesma entre essas duas ordens de diferenciação, o feminino motiva as mais controversas construções simbólicas” (Muniz, 1992: 68). Exemplo nesse sentido, é a imagem da aranha, animal tido como feio, peludo, que vive nos ambientes mais adversos, muitas vezes mortal (basta pensar nas conhecidas viúvas negras), mas também um animal doméstico, que tem como simbologia, tecer os fios da humanidade. Cf. para aprofundar essa interessante discussão Muniz (1992).

¹⁸ “Bruto”, “bicho”, “cobra”, “pica”, “piru”, “mala”, “faca”, “pistola”, “ferro”, “geba”, “pau”, “cacete”, “caralho”, “madeira” são alguns dos termos utilizados quando nos referimos ao pênis. Apesar desta lista não abarcar a multiplicidade de categorias que aparecem em nosso cotidiano, do seu conjunto é possível extrair uma determinada concepção de masculinidade. Notemos que esses termos, além de reproduzirem uma imagem figurativa – ou melhor fálca, na acepção mais comum da palavra – enfatizam, sobretudo, uma genitália masculina potencialmente ativa” (MUNIZ, 1992, p. 62-63).

¹⁹ Retornando um pouco no tempo novamente, vemos que H. Saffioti (1992) estuda o conceito de gênero, baseando-se em J. Scott, buscando articulá-lo às classes sociais. Vale ressaltar que Saffioti sinaliza para a importância de se trabalhar com uma visão dialética, criticando análises dicotomizantes e apontando a necessidade de se visualizar as noções de classe e gênero como construídas simultaneamente ao longo da história. Nesse sentido, é interessante a utilização, por Saffioti da obra de E. P. Thompson, ao estudar o cotidiano da classe operária inglesa. Em

dimento do gênero enquanto necessariamente transversal; ou seja, trabalhar a realidade a partir de um olhar centrado nas relações de gênero significa relacionar constantemente outras variáveis, como classe, geração, etnia, etc.

Fazer uma análise a partir do gênero significa buscar uma abertura para captar diferentes vozes; vozes de mulheres e homens, negros, brancos, indígenas, jovens, crianças e velhos, ricos, pobres, camadas médias, heterossexual ou homossexual. É neste sentido que entendemos a transversalidade que deve caracterizar o conceito. Gênero só ganha sentido quando articulado com as dimensões de classe, etnia, geração, etc., posto que não existe um ser abstrato encapsulado nas figuras femininas e masculinas; assim como não podemos falar de famílias no singular; acreditamos que o mesmo seja também verdade no que se refere a homens e mulheres.

É imprescindível recuperar a perspectiva relacional que deve caracterizar os estudos de gênero (BUTLER, 2003). Gênero não pode ser entendido como um estudo sobre a mulher (por isso a importância da dimensão relacional) e não pode ter como pressuposto uma ideia essencializada da mulher. Nesse texto, Butler (2003) problematiza, também, a distinção entre sexo e gênero; para esta autora, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza. Dessa forma, nega uma visão naturalizante também do sexo; para se compreender analiticamente o gênero é imprescindível que se entenda o corpo e sexo como construção – fato também enfatizado por Louro (2008). Outra dimensão importante de ser destacada diz respeito às discussões possibilitadas pela teoria queer²⁰. Uma questão central nessa teoria é a contestação não apenas da divisão de gênero, mas de uma heteronormatividade compulsória que marca nossa sociedade. Representante dessa heteronormatividade compulsória é o indivíduo homem, branco, ocidental e jovem; na fala de Daniel Welzer-Lang (2001), os chamados “grandes homens”. Segundo Butler (2003) as perspectivas universalizantes reforçam o binarismo de gênero e deixam na invisibilidade a trajetória dos “pequenos homens”, ou seja, aqueles que não alcançaram os ideais preconizados pela masculinidade hegemônica.

Falar dos homens e do masculino não é algo novo; nova é a abordagem acerca dos homens e da noção de masculinidades numa perspectiva de gênero no âmbito das Ciências Sociais (OLIVEIRA, 2004). Os estudos sobre os homens e o masculino no Ocidente numa perspectiva de gênero se difundiram através da influência teórica e militante dos movimentos feminista e gay, principalmente no âmbito da antropologia (ALMEIDA, 1995). Ambos os movimentos passaram a questionar a dominação masculina, en-

seu – belíssimo – livro, Thompson ressalta o valor da experiência de classe – crucial para nossa intervenção, para conhecer o cotidiano das pessoas que chegam até nós. Mas como afirma Saffioti, o gênero também influi nesta experiência.

²⁰ Cf. Roseneil (2006) e Louro (2008), por exemplo.

quanto uma “forma peculiar de violência simbólica” (BOURDIEU, 1999), passando a denunciar práticas violentas e homofóbicas contra mulheres e homossexuais (WELZER-LANG, 2004). A violência simbólica seria um habitus incorporado. Trata-se de um tipo de violência que dispensa justificativas e mesmas formas de coerção, sendo uma “violência suave”, que por ser naturalizada (estar na “ordem normal das coisas”) não é vista como violenta, se exercendo por vias simbólicas de conhecimento e de desconhecimento – e mesmo de reconhecimento²¹.

A dominância masculina se baseia no heterossexismo que reforça as oposições binárias de gênero. Nesse sentido, ser homem é não ser afeminado, portanto é ser macho e heterossexual. Desse modo, tornar-se homem implica cumprir uma série de exigências de um script que há muito tempo foi escrito, a partir do paradigma heterossexual, cuja centralidade nas relações entre homens e mulheres pretende transmitir um ideal hegemônico de masculinidade (WELZER-LANG, 2004, p. 120). O heterossexismo é “a promoção incessante, pelas instituições e/ou pelos indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simultânea da homossexualidade. O heterossexismo considera um fato estabelecido que todo mundo é heterossexual, salvo opinião contrária” (WELZER-LANG, 2004, p. 120). A socialização masculina constitui-se de “ritos de passagem” que demarcam diferenças e complementariedades entre homens e mulheres, masculino e feminino. Tornar-se homem pressupõe frequentar lugares específicos, lugares masculinos, e, sobretudo é estar na companhia de outros homens de preferência na “casa dos homens” (ALMEIDA, 1995). O encontro com outros homens com vistas à socialização masculina, nos quais ficam em evidência momentos de homossexualidade latente é denominado por Welzer-Lang como fase de homosociabilidade, “que podemos definir como relações sociais entre as pessoas de mesmo sexo, ou seja, as relações entre homens ou as relações entre mulheres” (2001, p. 17). Utilizando a figura (real) da casa dos homens existente entre algumas tribos, este autor transforma essa figura num conceito que analisa esse momento de passagem na vida dos homens; assim, a cada cultura corresponde uma forma de casa-dos-homens (ou seja, espaços como bares ou clubes, onde valores de masculinidades são veiculados).

A noção de virilidade que perpassa a construção social e histórica da dominação masculina pressupõe que para ser homem de fato são indispen-

²¹ “Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. Porém, por mais exata que seja a correspondência entre as realidades, ou os processos do mundo natural, e os princípios de visão e de divisão que lhes são aplicados há sempre lugar para uma luta cognitiva a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais” (BOURDIEU, 1999, p. 22).

sáveis as práticas da violência e da homofobia – esta última opera com o escopo de definir quem são os homens de verdade. A violência é tida como parte da identidade masculina. A virilidade, como se vê, é “uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo” (WELZER-LANG, 2001, p. 67). O conceito de dominação masculina para além das desigualdades e dos sistemas de poder entre mulheres e homens fez emergir um olhar para a dominação entre homens e homens, dando visibilidade às hierarquias masculinas. Os sistemas de diferenças, baseados na natureza (ou biologia) e simbolicamente estruturados, não se dão somente entre os diferentes sexos, homens e mulheres (BOURDIEU, 1999), mas também entre homens e homens. Como adiantamos acima, dentro das hierarquias masculinas existem diferenças construídas socialmente que estabelecem quem são os “pequenos homens” e os “grandes homens” (WELZER-LANG, 2001). Mesmo sendo o homem um “dominante”, todo homem está também submetido às hierarquias. Alguns homens tem privilégios que se exercem à custa das mulheres (como todos os homens), mas também à custa de outros homens; estes seriam o “grandes homens”, que tem como contraponto os “pequenos homens” – poderíamos dizer: os pobres, negros, os homossexuais, aqueles que não conseguem exercer de forma plena um ideal de masculinidade que, apesar de aparecer como universal, está ao alcance de poucos.

A construção social dos sexos, das identidades sexuais e de gênero se deu histórica e culturalmente apoiada na natureza, subsidiada pela construção social dos órgãos sexuais, como nos mostrou Bourdieu (1999). As oposições binárias entre masculino e feminino se sustentaram e se sustentam em representações inscritas em características biológicas, que se expressam principalmente por meio da linguagem. A produção de diferenças entre homens e mulheres tem como função estabelecer uma lógica de oposições, como por exemplo, aos homens o espaço público, o mundo do trabalho e da política, às mulheres o espaço doméstico, pois a casa é vista como extensão do seu corpo. Sendo assim, de um lado homens provedores, do outro, mulheres cuidadoras. A divisão binária dos papéis de gênero estabeleceu uma lógica muito cara à igualdade nas relações entre os sexos, associando como lugar “natural” dos homens a esfera produtiva e das mulheres a esfera reprodutiva.

É importante ressaltar, que para além dos privilégios e prazeres masculinos como o poder, privilégio este, que não alcança ilimitadamente todos os homens, o processo de socialização desses sujeitos implica em sofrimentos quando se trata de vivências em comuns no campo da violência e competição, através dos esportes, por exemplo. Para participar do universo masculino é inevitável sentir o sofrimento psíquico e físico para se adequar ao “ideal social de masculinidade” (OLIVEIRA, 2004). Nos estudos sobre

famílias pobres, esses dilemas ganham uma grande amplitude. No âmbito das relações familiares, homens e mulheres incorporam diferentes papéis em termos de autoridade e de resolução de problemas cotidianos. Não é fácil corresponder a esse ideal de masculinidade e ocupar o papel de “homem da casa”, de provedor e chefe quando se está desempregado, ou quando a mulher trabalha ou sua “autoridade” não é reconhecida (SARTI, 2003b).

Também é importante salientar que não há interesse aqui, em apresentar um discurso vitimizador e preocupado com uma crise da masculinidade, que eclodiria em função da perda de certos poderes e privilégios (OLIVEIRA, 2004), até então restritos ao mundo masculino. Longe disso, o objetivo é demonstrar o conflito existente e concreto entre perseguir um modelo idealizado de masculinidade hegemônica²² e o exercício de masculinidades não hegemônicas²³ (CECCHETTO, 2004). O que ser destacar é que ser um homem sob a égide de um ideal de masculinidade hegemônica é uma difícil vivência, portanto é interessante pensar nos homens que não ocupam um espaço social de prestígio e poder como é o caso dos homens pobres. Os homens pobres ou “pequenos homens” existem e representam estas masculinidades não hegemônicas. As perspectivas universalizantes reforçam o binarismo de gênero e deixam na invisibilidade a trajetória desses “pequenos homens”.

Por fim, para pensar o porquê e como os homens são invisíveis na Assistência Social, acreditamos ser indispensável pensar na construção social das feminilidades e masculinidades, a partir da noção de cuidado para ambos os sexos como sugere o autor Jorge Lyra em seus estudos. A responsabilização das mulheres com o cuidado é uma construção histórica e social, assim como a ausência de ações de autocuidado entre os homens. Historicamente, a desvinculação dos homens do autocuidado e do cuidado com o outro está atrelado ao paradigma que concebe o homem como “naturalmente invulnerável e ativo no meio ambiente” (LYRA et al, 2003, p. 84) - o que remonta àquele ideal de masculinidade hegemônica. Deste modo, sendo a masculinidade algo que se constrói como negação do feminino, a interdição ao cuidado faz parte dessa socialização. Portanto, “o homem foi – e, na maioria das vezes, continua sendo excluído (e se exclui) das ações de cuidado” (LYRA et al, 2003 p. 87). Assim como da prática – socialmente construída – de criação de redes de solidariedade; o que faz com que os homens sós tenham maior dificuldade de pedir e obter ajuda. Por fim, vale notar, que a vivência masculina é uma experiência singular e nem todas as vivências concretizam

²² Expressão cunhada por Miguel Vale de Almeida em “Senhores de Si, uma interpretação antropológica da masculinidade”, 1995.

²³ De acordo com Cecchetto o modelo de masculinidade hegemônica não é exercido por todos os homens, e apesar de ser tomado como um modelo ideal ele predomina sobre os demais. Ela aponta para a importância da definição das masculinidades subordinadas, pois sem ela, conforme ressalta, a definição de masculinidade hegemônica não se tornará completa (2004, p. 67).

as exigências postas pelo ideal de masculinidade hegemônica (LYRA et al, 2003, p. 88). Em suma, a invisibilidade masculina no âmbito da Assistência Social, socialmente construída é o reflexo de práticas e representações sociais, tradicionalmente predominantes e ressignificadas por seus agentes, homens e mulheres.

O (não) lugar do homem na assistência social

Nesse tocante, retornando à questão inicial deste escrito, sustenta-se a tese de que a invisibilidade masculina é socialmente construída nos CRAS e traduz-se na reprodução de um padrão de práticas e representações social e culturalmente, reconhecidas como femininas, como indica o exemplo abaixo de uma pesquisa recentemente realizada. A referida pesquisa reforça a perspectiva de que sociabilidades masculinas na proteção social básica apresentam-se num “território vulnerável”, na medida em que não ocorre a democratização do acesso por todos aos que dela necessitar. Contudo, esse é um território em transformação que pode ser continuamente reconstruído.

Observou-se em alguns CRAS uma decoração baseada em uma “estética feminina”, favorecedora de atividades de maior aproximação de mulheres. Em atividade observada com grupo de idosos em Belo Horizonte (MG), apenas 0,5% era do sexo masculino. Observou-se, muitas vezes, uma semelhança do CRAS a uma casa, tanto do ponto de vista físico – lay-out dos espaços, como na recepção dos usuários ou ainda na forma como estes se apropriam do CRAS e das relações que estabelecem com os profissionais, sugerindo uma similitude entre o espaço privado e público.

[...] Nesse sentido, parece haver uma tendência em tornar os espaços nos quais os serviços e benefícios da assistência social são acessados, ambientes mais atrativos para mulheres, tanto no que se refere às ofertas socioassistenciais quanto ao arranjo decorativo do prédio. De certo modo, especialmente quanto às atividades desenvolvidas, grande parte dos CRAS visitados foca o trabalho no segmento feminino, tanto nas atividades socioeducativas quanto no fomento à geração de renda” (YAZBEK, et al, 2010, p. 156-157).

Vários elementos contribuem para a invisibilidade masculina no âmbito da assistência social como, por exemplo, a questão da “estética feminina”, citada acima. Tal “estética feminina” dos CRAS torna inviável que esse espaço seja em alguma medida a extensão da “casa dos homens”, e tão pouco lugar onde se encontra a companhia de outros homens. Também não se pode negar que a existência de cursos artesanais voltados para uma demanda feminina socialmente construída não é chamariz para o público masculino – e, muitas vezes, nem do feminino (das mulheres “reais”, ou seja, que têm uma vida ativa também fora de casa e não estão disponíveis apenas

para as práticas do cuidado). A questão dos horários “femininos” versus tempos “masculinos” limita muito a inserção dos homens nos equipamentos sociais²⁴. Outro fator preponderante é associação entre a feminização da pobreza e a homogeneização das famílias pobres em famílias monoparentais e unipessoais femininas. Embora, o CRAS, seja definido pelo Programa de Atenção Integral à Família/PAIF como sinônimo de “Casa da Família”, na prática, família é visualizada como sinônimo de mulher, como conclui André Muniz (2011) em seu estudo. Contraditoriamente, os homens a priori já se encontram excluídos dessa organização socioassistencial.

Vejamos um relato vivido por uma das autoras desse escrito. Esta foi durante um período de sua vida assistente social na prefeitura do município de Niterói, onde atendia mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família para a realização do CadÚnico – o cadastro dos Programas Sociais Federais que dá acesso aos programas de transferência de renda. O acesso ao programa é calculado a partir da renda dos integrantes da família. Assim, a “não existência” da figura masculina pode funcionar como um elemento positivo exatamente por baixar a renda per capita da família. Tempos depois, durante uma oportunidade de trabalho em outra instituição (a Coordenação dos Direitos da Mulher – CODIM-NIT²⁵) ela reencontrou algumas das beneficiárias do Programa Bolsa Família/PBF que atendera na prefeitura. Este “reencontro” se deu em outro patamar, num outro universo institucional, no qual as usuárias não se sentiam preocupadas em assumir quando perguntadas que possuíam um companheiro/marido – que podia não estar no CadÚnico, quando elas pleiteavam o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família. O que equivale dizer, que os dados gerados pelo cadastro informam a existência de uma família monoparental ou unipessoal feminina. Já na CODIM algumas mulheres, em situação de violência doméstica e

²⁴ Algo que se percebe nos diferentes equipamentos sociais (seja na assistência, mas também na saúde, educação, etc.) é a falta de atenção para a organização dos tempos dos usuários. Na saúde, marca-se horário de visitas ou de conversa com os médicos, por exemplo em horários que as pessoas que trabalham (sejam homens ou mulheres) não podem participar. O mesmo vale também para a reunião de pais nas escolas. Na assistência, os horários de atendimento e cursos são também voltados para um público que não trabalha e que é historicamente associado às mulheres. São estas que normalmente tem que faltar ao trabalho para visitar os filhos, frequentar reuniões ou ficar como acompanhantes – e tendo como contrapartida, o sentimento de culpa e a culpabilização por parte dos profissionais caso não consigam desempenhar essas tarefas. O que gera um fenômeno oposto curioso de destacar que é a dificuldade dos homens em participarem das atividades do cuidar, como ser acompanhante de uma criança ou um idoso, com a desculpa que não existe um espaço para esse sujeito nas enfermarias; ou o desconforto quando homens participam de reuniões de pais ou de saúde reprodutiva, por exemplo. Cf. Freitas et al (2010).

²⁵ A Coordenação dos Direitos das Mulheres de Niterói (CODIM-NIT), criada em 2003, hoje é um Polo de Referência de Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A CODIM-NIT conta com uma equipe técnica formada por assistentes sociais, psicólogas e advogada, que realizam o acompanhamento interdisciplinar de mulheres vítimas de diversas formas de violência.

familiar, assumiam a existência de um homem em casa, e confirmavam que o mesmo não “existia” para assistência. Esse reencontro com os arranjos que se apresentam como unipessoais e monoparentais femininas na assistência social e como nuclear conjugal na CODIM-NIT, foi determinante na delimitação deste objeto de estudo. Principalmente, por ser uma representação naturalizada por profissionais da equipe técnica que compartilhavam a visão de que os homens, com raríssimas exceções, seriam sempre algozes das mulheres. Essa percepção igualmente, reproduzida pelas mulheres atendidas, associava mecanicamente os homens como perpetradores de violência e as mulheres como vítimas deles.

Vale ressaltar, que esse discurso de oposição aos homens, é recorrentemente utilizado como argumento em momentos específicos do ciclo de vida desses sujeitos, por exemplo, diante da demanda pelo reconhecimento de paternidade, pensão de alimentos e “rupturas conjugais” (SARTI, 2003b). Também é interessante observar que, essas rupturas conjugais são transmitidas pelos depoimentos orais dessas mulheres/usuárias como uma forma perversa de abandono masculino. Algumas mulheres se remetem a forte marca da desigualdade de gênero presente na divisão da renda familiar (quando o marido ou companheiro é o único e/ou principal provedor da família) e afirmam que possuem necessidades particulares que dificilmente são atendidas pelos cônjuges ou companheiros.

Nesse tocante, algumas desigualdades se materializam através de um discurso baseado no abandono masculino, que em alguns casos é um abandono inventado, cuja legitimidade social às vezes está associada a uma forma de “alienação parental” às avessas, veiculada na instituição como realidade, e, sobretudo verdade absoluta. Esse abandono masculino inventado²⁶ é compulsoriamente sustentado por falas que produzem uma imagem extremamente negativa dos homens e do masculino, pois se respaldam num discurso de total abandono afetivo e econômico por parte dos homens em relação às suas famílias, quando na verdade às vezes não refletem a realidade

²⁶ Inspirado no título do Documentário de Alan Minas (Diretor) (2009): “A morte inventada: alienação parental”. Niterói, Caraminholas Produções. Este documentário trata da alienação parental enquanto “processo de afastamento empreendido pelo genitor” com o objetivo de “matar a imagem do outro dentro de alguém” (COSTA, 2011, p. 279). Quando nos referimos, aqui, a uma “alienação parental às avessas” estamos nos remetendo a uma prática feminina que, em função de justificar uma ausência masculina inventada, acaba por desqualificar socialmente os companheiros e maridos. Cabe ressaltar que não desejamos de forma alguma associar essa prática feminina ao crime de alienação parental. O que se deseja demonstrar é que os mecanismos que provocam a invisibilidade dos homens na assistência social guardam semelhanças com esse fenômeno. Aparentemente, essa prática feminina que às vezes não retrata a realidade, demonstra-se sem maiores problemas, contudo ela traz importantes implicações, pois afirma uma imagem negativa dos homens (e da paternidade, já que esses, em geral são homens-pais) e reafirma uma autoimagem das mulheres, enquanto vítimas permanentes. Sendo assim, a imagem masculina sofre uma contínua desvalorização que engendra perspectivas de não inclusão dos homens e de estigmatização tanto das mulheres, como dos homens pobres.

(BARBOSA, 2012a e 2012b). Portanto, é preciso estar atento para problematizar as relações sociais entre os sexos a partir de uma perspectiva de gênero e relacional.

A ausência desse tipo de problematização no campo da política pública de assistência social, particularmente no campo da implementação representa um desafio. Acompanhemos outros relatos vividos pelas autoras desse texto, que podem informar melhor esta questão. Por exemplo, entre a equipe técnica de um CRAS (onde uma das autoras fazia parte da equipe) existia um certo consenso em torno de uma ideia: a presença de usuários do sexo masculino era associada à possibilidade de violência. A crença na “vulnerabilidade irrefutável” de um ambiente frequentado majoritariamente por mulheres e de homens como sinônimos de violência, reflete a natureza equivocada e discriminatória de representações de gênero essencializadas e naturalizadas, a ponto de fazer com que, cada vez que um homem aparecesse na instituição fosse chamado um segurança para “ficar por perto”. Outra vez, num encontro com assistentes sociais para discutir gênero, famílias e assistência social, mais relatos puderam ser ouvidos de como os homens não são “pensados”/visualizados como possíveis sujeitos dessas políticas; como uma assistente social nos relatou: em alguns formulários não existe sequer a opção para marcar o sexo das pessoas, uma vez que “naturalmente” esse espaço era associado com as mulheres. A falta de tais dados dificulta, por outro lado, a criação de indicadores – importantes inclusive para os estudos de mulheres.

Em estudo recente sobre a relação entre a Assistência Social e gênero, Barbosa (2012b) apresentou a análise das percepções de duas beneficiárias do Programa Bolsa Família (ambas em situação de violência doméstica e familiar): uma formalmente casada e outra há dez anos numa união estável. O que a autora destaca é a caracterização e homogeneização das famílias beneficiárias em monoparentais e unipessoais femininas baseadas exatamente neste discurso de abandono masculino inventado. A primeira informante é mãe de duas meninas menores de idade e beneficiária do Bolsa Família. Conta que tentou receber o benefício por duas vezes, tendo êxito só depois de uma atualização cadastral, durante a qual “deixou” de ser família nuclear conjugal para se tornar monoparental feminina. A segunda informante recebe o benefício básico como família unipessoal feminina, contudo é casada no civil, mas nunca desejou incluir o marido. De acordo com ela o marido é aposentado e não divide a sua renda com ela, inclusive suspendeu o seu Plano de Saúde. Os respectivos companheiro e marido são provedores das famílias citadas acima e como no clássico modelo de família patriarcal eles reproduzem práticas e representações sociais que aprofundam as desigualdades de gênero.

O argumento utilizado pelas mulheres do “abandono masculino inventado” assume uma forma naturalizada – e potencializada por uma visão

naturalizada de que as famílias constituídas só por mulheres são mais vulneráveis (fica a questão: uma família com a presença masculina não pode ser vulnerável?). Esse argumento sustenta um discurso que desqualifica o homem comumente na dimensão da responsabilidade (econômica e afetiva). Esse discurso pode ser explicado em função de vários motivos: seja como estratégia para inserção no PBF; seja por casos de violência doméstica que descarta totalmente a possibilidade de negociar os documentos necessários ao CadÚnico com o companheiro/agressor ou mesmo como uma forma de ter uma renda “própria”, pois também já ouvimos relatos de mulheres cujos maridos sequer sabiam que estas recebiam o PBF.

O discurso em torno de um “abandono masculino” nem sempre verdadeiro (já que em algumas situações não ocorrem definitivamente as rupturas conjugais) vem provocando uma desqualificação social do homem urbano e pobre, que também deve ser visto como sujeito de direito, não como rival de um sexo e gênero. André Muniz (2011) a partir de um enfoque de gênero investigou os lugares destinados aos homens na política pública de assistência social com recorte sobre o Programa de Atenção Integral à Família/PAIF. Este autor utilizou o CRAS Vila Independência/MG como unidade empírica de análise e como resultado de pesquisa ele destacou a recorrente associação da família às mulheres, tanto no âmbito da formulação como da implementação da política, e principalmente quando se trata de programas de transferência de renda como o PBF. Esses programas de acordo com o autor veem as mulheres como boas administradoras para os recursos destinados à família e reforçam o papel da mulher enquanto mulher/mãe e cuidadora na esfera reprodutiva. Outra tendência que ele identificou entre os gestores e profissionais da política que foram entrevistados foi o entendimento de gênero como sinônimo de mulher. Muniz (2011) também conclui em seus estudos que o PBF e o exercício do cuidado com crianças são vistos como assunto de mulher, naturalizando-se os papéis de gênero. Muniz argumenta que os movimentos feministas e de mulheres não “encontraram” com a política pública de assistência social como se “encontraram” com a área da saúde (2011, p. 111). Nesse ponto, gostaríamos de relativizar a posição do autor. Efetivamente, a articulação movimentos de saúde e movimentos de mulheres é bastante densa e vem sendo construída desde os anos 80. Contudo, se as mulheres são público-alvo da política de assistência social, o são porque os movimentos feministas e de mulheres contribuíram para que elas fossem alvo preferencial das Políticas Públicas. Portanto, a maior participação das mulheres no campo da assistência social, sem dúvida é reflexo das conquistas desses movimentos, que historicamente buscam o empoderamento feminino, sobretudo através da garantia de direitos sociais (FREITAS, 2008).

Ainda segundo Muniz (2011) é importante problematizar a participação majoritária das mulheres na assistência social e nos serviços socioas-

sistenciais, programas e projetos sociais, principalmente se esta for encarada sob um ponto de vista que vê as mulheres como desprotegidas e os homens amparados pela certeza e segurança de um mercado de trabalho para se inserir. Problematizar esse aspecto é imprescindível, para refletir sobre uma antiga lógica no campo da Assistência Social, que consiste no encaminhamento das mulheres para as políticas de assistência e os homens para as políticas de emprego, como já foi dito.

O autor também ressalta que é necessário visualizar o homem na Política Pública de Assistência Social como sujeito de direito: “direito à paternidade, ao exercício do cuidado, ao exercício do afeto, direito de ressignificar o seu lugar na família e na sociedade” (MUNIZ, 2011, p. 140). Em relação à existência de um lugar para os homens na assistência, ele conclui “há sim um lugar para os homens, um lugar que os referencia a partir de uma masculinidade construída sob a ideia do homem-provedor e ligado exclusivamente à esfera da produção, ainda que incapaz de exercê-la de modo integral” (2011, p. 145).

Considerações finais

Assim, essas experiências – com profissionais e como profissionais da assistência – intensificaram nosso interesse por esse objeto de estudo e nos estimulou a aprofundar análises de gênero sobre os homens e o masculino no âmbito da política de assistência social. Problematizar os lugares e os papéis socialmente construídos para mulheres e homens, implica no abandono de conotações essencializadas, que naturalizam desigualdades de gênero. Portanto, atuar junto a famílias pobres impõe a necessidade de uma prática profissional que não ignore a diversidade e a dinamicidade dos arranjos familiares. Desse modo, é imprescindível aos profissionais que formulam e implementam a política social superar a naturalização das funções e papéis de mulheres e homens no âmbito familiar.

É importante visualizar os limites que não permitem, por exemplo, o reconhecimento da vulnerabilidade que os homens enfrentam frente à pobreza, tema tão pouco discutido. Este é um desafio posto aos profissionais e pesquisadores da área – por que é tão difícil aceitar que homens podem ser vulneráveis? Essa questão pode ser um bom começo. Sob esse ponto de vista, é preciso avançar e empreender esforços para compreender os homens para além de debates que se restrinjam a discutir e reconhecer os homens tão somente pela associação estreita com contextos de violência, desresponsabilização parental e reprodutiva. O acesso aos direitos não pode ser baseado numa oposição entre os sujeitos.

Nesses momentos finais, é importante, mais uma vez, enfatizarmos que entendemos ser este um processo contraditório. Não negamos que exis-

te uma dimensão positiva no fato das mulheres serem tomadas como representantes preferenciais da assistência, pois isso reflete o reconhecimento do papel e da importância, historicamente construída, das mulheres na gestão das famílias. Mas por outro lado – e por isso mesmo de forma contraditória – queremos reforçar que esse reconhecimento reforça o papel delas como responsável pelas famílias e pelo sucesso ou não dessas políticas, recaindo sobre elas um grande peso. A outra face desse processo é o risco de desresponsabilizar os homens desse papel e ainda torná-los cada vez mais invisíveis nos atendimentos da assistência social.

A maior participação das mulheres na Assistência Social resulta numa “estética feminina”, que ajuda a explicar a pouca ou quase nenhuma identificação dos homens com os CRAS. Os CRAS ainda estão longe de ser a “casa dos homens” (WELZER-LANG, 2001). E longe de ser de fato, a “casa da família”, conforme prevê o desenho do Programa de Atenção Integral à Família/PAIF, uma vez que este espaço vem sendo naturalizado como um espaço de mulheres²⁷. Isso significa, por outro lado, negar uma diversidade de arranjos familiares que deveriam ser reconhecidos sob uma perspectiva processual, complexa e heterogênea.

Outro tema, ainda a aprofundar é a presença dos homens nas redes de proteção social primária. Vale notar, que, embora os homens não cheguem até a assistência social institucionalizada, eles devem recorrer à proteção social primária, aquela que é realizada, em geral, pelas mulheres (o que de novo sobrecarrega as mulheres). Se, historicamente a rede de proteção social primária é formada hegemonicamente pelas mulheres, será a esta rede que os homens que não chegam ao Estado também recorrem? Foi assim, que a interrogação sobre onde estavam os homens pobres, contraditoriamente, nos levou novamente até as mulheres. Esta realidade, ainda é muito pouco visitada, uma vez que em geral os estudos são centralizados no cuidado da mulher com crianças, idosos e doentes. As redes sociais dos homens adultos e pobres, não são objeto de investigação; mas elas existem? Se os homens não estão sob a proteção social institucionalizada, onde estão os homens pobres e urbanos?

Não temos dúvida que a objeção de que os homens quando estão sós procuram outras mulheres, como mães e ou empregadas, tem sua razão de ser. Contudo, temos que pensar também (embora possa ser um número bastante insignificante se nos atermos apenas as estatísticas oficiais) nos homens que podem não possuir essas redes – e que culturalmente não foram preparados para tecê-las. E se pensarmos que na atualidade convivemos cada vez

²⁷ O que, por outro lado – e não será possível desenvolver aqui essa linha de raciocínio – pode significar também simbolicamente um olhar sempre condescendente em relação à assistência, tida como “coisa de mulher”, por isso sempre subalternizada e nunca reconhecida como uma política em sua plenitude.

mais com práticas individualistas, essas vulnerabilidades podem ser maiores para homens e mulheres. O resultado disso, é buscar recursos junto as redes secundárias. E aí, novamente, a posição dos homens pode se tornar ainda mais vulnerável se estes não forem “vistos” por estas redes. Na inexistência de uma rede de proteção secundária, institucionalizada, o recurso à redes primárias continua se fazendo necessário. Nesse sentido, entendemos que a invisibilidade da pobreza masculina pode potencializar o empobrecimento e a vulnerabilidade das mulheres.

Em suma, adotar uma perspectiva de gênero e relacional pode contribuir para alterações significativas na institucionalidade da Assistência Social, que historicamente se orienta por um viés discriminatório. Assim como, para a desnaturalização das funções e dos papéis da mulher e do homem na sociedade, a partir do reconhecimento da pluralidade de identidades de gênero e da dinâmica inerente à realidade das famílias, grupos de convívios e redes sociais. Constitui-se como um desafio a transpor no campo das análises de gênero abordar a masculinidade fora de paradigmas essencialistas (ALMEIDA, 1995). Os “pequenos homens” existem e nos impõem a necessidade de reconhecer a invisibilidade masculina no interior de políticas e programas sociais que combatem a pobreza, e até mesmo no interior do Serviço Social.

Desse modo, persistem desafios postos aos profissionais da assistência, como o oferecimento de espaços institucionais a esse público e que não incorram em práticas punitivas ou separatistas. Outro desafio é a definição de políticas públicas que incorporem efetivamente (e não apenas no discurso) a dimensão do gênero, abrindo canais de participação para um controle democrático dessas políticas. Não podemos deixar de concluir também alertando para a necessidade de um diálogo com as mulheres e homens, bem como com os diversos movimentos sociais.

Referências

ALMEIDA, M. V. de. **Senhores de Si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

AZEREDO, V. G. **Famílias nas Terras de Custódio**: Itinerários de Proteção Social. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFE Niterói, 2012.

BARBOSA, D de O. **Masculinidades no contexto da política de assistência social: a experiência do CRAS Cubango**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Escola de Serviço Social, Niterói-UFE, 2006.

BARBOSA, D de O. **Masculinidades, gênero e pobreza**: o lugar do homem e do masculino na proteção social básica de Niterói-RJ. Projeto de Qualificação apresentado ao apresentado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF em 2012a.

BARBOSA, D. de O. **Assistência Social e Gênero**: reflexões sobre famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. In: Cd-room Anais do 7º Encontro Nacional de Política Social, junho de 2012b.

BARROS, L. C. D. **Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiárias do Badu**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF. Niterói, 2012.

BOURDIEU, P. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BURKE, Peter. **Unidade e variedade na história cultural**. In: Variedades de história cultural, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARLOTO, C. M. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 86, São Paulo: Cortez, 2006.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: a crônica do salário. Tradução I. D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CECCHETTO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações sociais. Rio de Janeiro/Lisboa: Editora Bertrand Brasil/ DIFEL, 1990.

COSTA, A. L. F. A morte inventada: depoimentos e análise sobre a alienação parental e sua síndrome. Resenha. In: **Estudos de Psicologia**, Campinas/SP, Abril-Junho, p. 279-281, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n2/15.pdf>. Acesso em: 21/07/2012.

COSTA, S. G. Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 2, Florianópolis, 2002.

COSTA, S. G. **Signos em transformação**: a dialética de uma cultura profissional, São Paulo: Cortez, 1995.

DUARTE, A. de O. **Hoje sou pai e mãe para eles**: Um estudo sobre famílias monoparentais masculinas atendidas no CRAS II - Paiol no Município de Nilópolis. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Escola de Serviço Social, Niterói-UFF, 2009.

FONSECA, C. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Revista Psicologia USP**, n.º. 2, vol. 13, São Paulo: USP-IP, 2002.

FREITAS, R. de C. M. Programas de Combate à Pobreza: o papel das mulheres. In: **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, agosto 2008. www.eumed.net/rev/cccss/02/rcmf.htm. (Acesso em: 16/05/2012).

FREITAS, R. de C. S. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade – algumas reflexões a partir do caso Acari. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 71, São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, R. de C. S. et all. Famílias e Serviço Social – algumas reflexões para o debate. In: DUARTE, M. J. de O. e ALENCAR, M. M. T. de (orgs.). **Família Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

FREITAS, R. de C. S. et all.. Política social, famílias e gênero –temas em discussão. **Revista Argumentum**, v. 4, n. 2, Vitória, 2012.

FREITAS, R. de C. S e BRAGA, C. D. (coord.). **Relatório do Projeto de Pesquisa “Niterói – a universidade e a as mulheres”**. Documento de circulação interna. 2012.

GOMES, L. M. A. **Proteção social no Estado do Rio de Janeiro, 1945-1964**: o significado histórico da Escola de Serviço Social da UFE Niterói: EdUFE, 1997.

IAMAMOTO, M. e CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 5^a ed., São Paulo: Cortez ed., 1986.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, Rio de Janeiro: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), 2012.

JACCOUD, Luciana. **Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social**. Série Seguridade Social, IPEA, Texto para Discussão no 1372. Rio de Janeiro, 2009.

KOHN, K. C. et all. **A invisibilidade do homem**: olhar de gênero para as práticas em saúde. sd. Fonte: www.redmasculinidades.com/resource/images/BookCatalog/Doc/00232.pdf. (Acesso em 02/06/2012).

LAVINAS, L. e NICOLL, M. **Atividade e vulnerabilidade**: quais os arranjos familiares em risco? DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 49, n. 1, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista, Rio de Janeiro: Vozes, 10^o Ed., 2008.

LYRA, J. et all. Homens e cuidado: uma outra família. In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. F. (orgs.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC, 2003.

MESQUITA, A. de A. **Proteção social na alta vulnerabilidade**: o caso das famílias monoparentais femininas em análise. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Públicas, Desenvolvimento e Estratégia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

MIOTO, R. C. T. Família e Assistência Social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: DUARTE, M. J. de O. e ALENCAR, M. M. T. de (orgs.) **Família Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

MUNIZ, A. A. da R. **Homens, masculinidades e política pública de assistência social**: uma análise de gênero no âmbito do programa de atenção integral à família (PAIF). Dissertação de Mestrado, apresentada à Universidade Federal de Lavras/MG, 2011.

MUNIZ, J. Feminino – a controvérsia do óbvio. **Physis**, vol. 2, nº 1, Rio de Janeiro: IMS/UERJ; Relume-Dumará, 1992.

OLIVEIRA, P. P. de. **A Construção Social da Masculinidade**. Rio de Janeiro: IUPERJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A. et all (orgs.). **Política Social, Família e Juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

PERROT, M. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, M. Sair. In: PERROT, M. & DUBY, G. (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991.

ROSENEIL, Sasha. **Viver e amar para lá da heteronorma**: Uma análise queer das relações pessoais no século XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 2006.

SAFIOTTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. e BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. F. (orgs.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC, 2003a.

SARTI, C. A. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres, 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2003b.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Cadernos SOS Mulher**, Recife, 1990.

SENNA, M. de C. M. et all. **Programa Bolsa Família:** nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. Revista Katálises. Florianópolis v. 10 n. 1, jan./jun. 2007.

SHARP, J. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SUÁREZ, M. e LIBARDONI, M. O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. In: VAITSMAN, Jeni & PAES-SOUSA, Rômulo (orgs.). **Avaliação de políticas e programas do MDS:** resultados, Volume II: Bolsa Família e Assistência Social. Brasília, DF: MED;SAGI 2007.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagação. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 71, São Paulo: Cortez, 2002.

WELZER-LANG, D. **A construção do masculino:** dominação das mulheres e homofobia. Revista Estudos Feministas, vol. 9, número 2, 2001.

WELZER-LANG, D. O homem e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, M.R. (org.). **Masculinidades.** São Paulo: Boitempo Editorial, Santa Cruz do Sul, Edunise, 2004.

YANNOULAS, S. **Feminização ou feminilização?** apontamentos em torno de uma categoria. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.22, jul./dez. 2011.

YAZBEK, M. C. et all. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, B. R. et all (orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

Recebido em 17/03/2013, aceite em 05/09/2013